

Uma mulher é vítima de feminicídio a cada 36 horas no Estado de SP

Número de casos no ano passado é 12,9% maior que o registrado em 2017 e mais que o dobro de 2016; especialistas afirmam que ainda há subnotificação

(O Estado de S. Paulo, 18/02/2019 - acesse no site de origem)

Em média, ao menos uma mulher é vítima de feminicídio no Estado de São Paulo a cada 36 horas. Em 2018, 148 assassinatos foram registrados já no boletim de ocorrência como derivados de violência doméstica ou por “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

O número de mortes é 12,9% maior do que o registrado no ano anterior (131) e mais do que o dobro do que o observado em 2016 (70), embora a quantidade de homicídios dolosos tenha diminuído no Estado. Os dados foram levantados pelo Estadão Dados com base em boletins de ocorrência (BO) da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Apesar da alta, especialistas afirmam que o número de casos deve ser maior. Um dos motivos é a tipificação nem sempre ser apontada já no registro do BO. “É obrigatório constar no boletim se a pessoa foi morta por feminicídio”, afirma Luiza Nagib Eluf, advogada criminalista e procuradora aposentada. “Mas nem todos os funcionários da Justiça e da própria delegacia se atualizaram em relação a isso. Na dúvida, fica só o registro de homicídio.”

O número de casos de feminicídio no Estado representa 27% do total de assassinatos de mulheres (548), o que não inclui latrocínio (roubo seguido de morte) e homicídio culposo (sem intenção). O número é semelhante à média nacional de 24,8% (1.133 feminicídios no total), de acordo com o 12.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com dados de 2017.

Pesquisadora da entidade, Cristina Neme pontua que o percentual está abaixo das estimativas dos especialistas em segurança de que feminicídios respondem por pelo menos metade do total dos assassinatos de mulheres. “Hoje há maior percepção em relação ao fenômeno, um maior cuidado no registro do dado. Com a investigação, (o número) tende a aumentar.”

De 2015, a Lei do Feminicídio transformou esse tipo de homicídio em crime hediondo, com pena de 20 a 30 anos de reclusão e que pode ser aumentada de 1/3 a 1/2 em determinados casos (como quando a vítima é gestante ou é portadora de alguma deficiência, por exemplo). Lançadas em 2016 pela Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres) e pelo governo brasileiro, as Diretrizes Nacionais do Feminicídio apontam que toda investigação da morte ou tentativa de morte de uma mulher com indícios de violência deve ter a “perspectiva de gênero” como um dos principais enfoques.

“Há um direcionamento diferente da investigação (quando a vítima é mulher). A perícia no local do fato é diferente e no corpo também, porque se busca não só a causa da morte, mas se verifica se há um histórico de violência”, diz Valéria Scarance, coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo.

Em nota, a SSP afirma que os delegados passaram a incluir a qualificadora de feminicídio já

em 2015 e que o assunto foi abordado em treinamento no ano seguinte. Diz ainda que “em muitos casos” só é possível determinar a motivação durante as investigações. Além disso, reitera que criou, em 2018, o Protocolo Único de Atendimento, “que estabelece um padrão de atendimento para melhor acolher as vítimas e aprimorar as investigações e coleta de provas”.

Maioria dos feminicídios em SP ocorre na casa da vítima

O levantamento feito pelo Estado revela diferenças no perfil das vítimas de feminicídio em relação às mortes de mulheres em geral. Em 66% dos feminicídios identificados no BO nos últimos três anos, o ataque ocorreu dentro de casa. O padrão é diferente da média dos assassinatos de mulheres, em que 64% das vezes ocorre em via pública.

Segundo Valéria Scarance, o feminicídio é um “crime muito particular, que quase sempre tem uma assinatura”. Em geral, afirma, o assassinato é motivado pela não aceitação do rompimento do relacionamento com a vítima ou por ciúmes. Além disso, costuma ter “grande crueldade”, como repetição de golpes. “Por isso, a necessidade de a investigação ser direcionada, para que esses aspectos não deixem de ser notados.”

Para especialistas, grande parte dos feminicídios é uma “morte anunciada”. Estudo do Ministério da Saúde divulgado pelo Estado neste ano aponta que [três a cada dez mulheres já tinham histórico de agressão antes de serem mortas](#).

Este foi o caso de Daniele Cândido, de 21 anos, que foi estrangulada e morta pelo marido em outubro de 2018, em Votorantim, a 96 km da capital. O porteiro Danilo Cândido Costa, de 27 anos, irmão de Daniele, conta que não se conforma de ter deixado passar em branco o primeiro tapa no rosto que ela recebeu, há três anos.

“Foi a primeira vez que ele a agrediu, e a gente deixou pra lá porque ela deu razão ao marido”, lamenta. Preso no dia seguinte ao assassinato, o rapaz confessou o crime e alegou que eles haviam brigado porque ela sentia muito ciúmes.

Prevenção. Políticas educacionais e de conscientização, além de ações para acolher e incentivar denúncias, estão entre os procedimentos que podem ser adotados para evitar o feminicídio. Também é importante que as estatísticas sejam fidedignas, pontua Giane Silvestre, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). “O primeiro passo para políticas de prevenção é o diagnóstico do crime.”

Já Valéria Scarance ressalta a importância do acolhimento da vítima na Justiça, no sistema de saúde e na polícia. “É importante que a mulher seja bem recebida, não seja ridicularizada. Condutas que coloquem em cheque a palavra ou a vida da vítima podem fazer com que ela se retrate, o que pode levar a uma situação mais grave, até à morte.”

Priscila Mengue, Cecília do Lago e José Maria Tomazela

Roda de conversa “Direitos das Mulheres - Histórias de Revoluções, Lutas e Resistências” - São Paulo, SP, 27/02/2019

Como parte das atividades do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 27 de fevereiro, às 9 horas, acontece a roda de conversa “*Direitos das Mulheres - Histórias de Revoluções, Lutas e Resistências*”, em São Paulo (SP). No encontro, estarão presentes:

- **Silvia Carlos Pimentel**, Profa. Dra. de Direito da PUC; coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade; integrante do comitê CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), da ONU, de 2005 a 2016 e sua presidente em 2011 e 2012; e co-fundadora do CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher).
- **Neom Cunha**, mulher negra, ameríndia e transgênera, publicitária e ativista independente;
- **Maria Lygia Quartim de Moraes**, socióloga, professora e pesquisadora da Unicamp;
- **Magali Mendes**, Promotora Legal Popular de Campinas;
- **Cristine Takuá**, filósofa, educadora e artesã indígena; fundadora e conselheira do Instituto Maracá e representante do Núcleo de Educação Indígena, da Secretaria de Educação de São Paulo; e membro fundadora do FAPISP (Fórum de Articulação dos Professores Indígenas do Estado de São Paulo).

Com entrada gratuita, o evento será realizado no Auditório da Pinacoteca de São Paulo e também contará com uma visita à exposição “Rosana Paulino: a costura da memória”, apresentada pela curadora chefe da Pinacoteca e curadora da exposição, Valeria Piccoli.

As inscrições podem ser realizadas [neste link](#).

27
02
2019

**Local: Auditório da
Pinacoteca de São Paulo**
Endereço: Praça da Luz, 2
São Paulo - SP

Dia Internacional da Mulher

HISTÓRIAS DE REVOLUÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

9h30 *Café*

10h *Roda de conversa*

Direitos das Mulheres – Histórias de Revoluções, Lutas e Resistências

Silvia Carlos Pimentel

Professora Dra. de Direito da PUCSP; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade. Integrante do Comitê CEDAW, da ONU, de 2005 - 2016 e sua Presidente em 2011 e 2012. Co-fundadora do CLADEM.

Neon Cunha

Mulher negra, ameríndia e transgênera. Publicitária e ativista independente.

Maria Lygia Quartim de Moraes

Socióloga, professora e pesquisadora da Unicamp.

Magali Mendes

Promotora Legal Popular de Campinas.

Cristine Takuá

Filósofa, educadora e artesã indígena, Fundadora e Conselheira do Instituto Maracá e representante do núcleo de educação indígena dentro da Secretaria de Educação de SP e membro fundadora do FAPISP (Fórum de articulação dos professores indígenas do Estado de SP).

12h30 *Visita à exposição*

Rosana Paulino: a costura da memória

Apresentada por Valeria Piccoli

Curadora chefe da Pinacoteca e curadora da exposição.



Inscrições aqui

Aberto ao público,
vagas limitadas
e gratuitas

Número de feminicídios no estado de São Paulo sobe 26% em 2018

Levantamento do MP mostra que quase metade dos crimes foi causada porque os ex-companheiros não aceitavam o fim do relacionamento.

(G1, 08/01/2018 - acesse no site de origem)

O número de feminicídios no estado de São Paulo subiu 26,6% em 2018, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública. Foram registrados 119 casos de janeiro a novembro de 2018, contra 94 no mesmo período do ano anterior. O crime ocorre quando a vítima é morta pela condição de ser mulher.

Apenas na primeira semana de 2019, cinco casos de feminicídio e outras tentativas já foram registrados no estado.

Um levantamento realizado pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) mostra que em quase metade dos casos (45%) o crime foi cometido que o ex-companheiro não aceitou o fim do relacionamento.

A Promotoria analisou 364 denúncias de tentativas de feminicídio e feminicídios consumados no estado entre março de 2016 e março de 2017. Duas em cada três vítimas de feminicídio (66%) foram mortas dentro de casa. Quase metade (48%) foi atingida por vários golpes ou tiros. Os motivos alegados pelos homens foram ciúmes, sentimento de posse e machismo.

A promotora Valéria Scarance, que coordenou o estudo, diz que a melhor maneira de evitar a morte é romper o silêncio, já que 96% das vítimas não tinham registrado boletim de ocorrência e nem contavam com medida protetiva para manter os ex-companheiros afastados.

“Nenhuma mulher transforma o agressor com o seu amor. É o estado que pode transformar aquele homem. Porque aquele homem nega a violência e culpa a mulher. Daí a importância de que ela noticie a violência, que ela registre o boletim de ocorrência, que ela peça ajuda”, afirma Scarance.

Para o Ministério Público, a denúncia já é uma forma de intimidar o agressor.

Casos em 2019

Pelo menos cinco casos de feminicídio foram registrados no estado de São Paulo apenas na primeira semana de 2019:

- **2 de janeiro:** Queli Aparecida [foi estrangulada e morta em Jaguariúna](#) por um homem que diz já ter vivido um relacionamento com ela.

- **3 de janeiro:** Natasha Rodrigues, de 14 anos, [teve morte cerebral confirmada](#) após ter sido baleada no dia 29 de dezembro por tiros porque não aceitou o pedido de namoro de um rapaz de 21 em Bebedouro.
- **4 de janeiro:** Simone Fernandes, de 40 anos, [foi encontrada morta a tiros dentro de casa](#), em Santa Isabel. O marido é o principal suspeito do crime. A polícia acredita que o motivo tenha sido uma discussão por herança.
- **4 de janeiro:** Milena Cardenas, de 13 anos, [foi morta a tiros](#). O namorado dela, de 17 anos, foi apreendido em flagrante pelo crime.
- **5 de janeiro:** Elizângela Pereira de Almeida, de 34 anos, [foi morta com mais de 20 facadas em Itupeva](#). O suspeito é o ex-marido dela, Edvaldo da Silva.

Uma tentativa de feminicídio também foi registrada em São Paulo no dia 5 de janeiro. Um motorista de aplicativo [tentou atropelar a esposa em um posto de gasolina](#) e agrediu a vítima com empurrões e joelhadas. Ele chegou a ser preso, mas recebeu liberdade provisória.

Ana Paula Campos

[Estupros voltam a crescer, e roubos caem pelo 15º mês seguido em SP](#)

Número de casos com veículos é o mais baixo da série histórica para o mês

[\(Folha de S.Paulo, 29/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O número de [casos de estupro](#) registrados no estado de São Paulo voltou a crescer em outubro, conforme os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública nesta quinta-feira (29). A alta foi de 4,39% em relação ao mesmo mês de 2017.

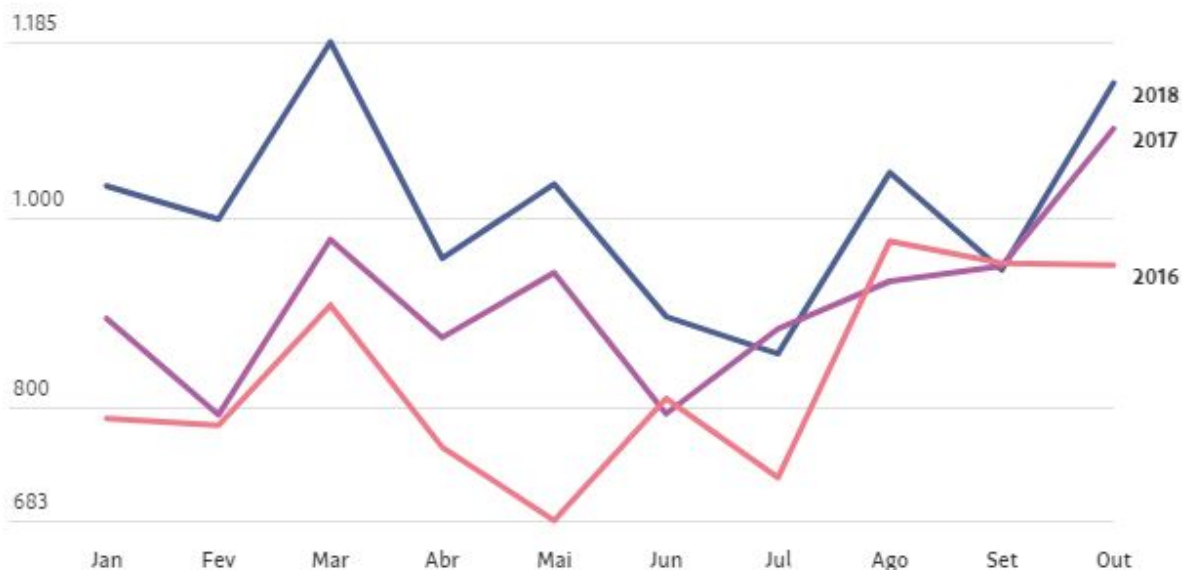
Em [setembro](#) o índice apontou queda nesse crime, de 0,4% — mas foi apenas a segunda vez no ano em que houve recuo no total de estupros (a outra foi em julho). Em todos os demais meses, houve alta.

No acumulado, o ano de 2018 teve até outubro 10.103 notificações de casos de estupro, contra 9.142 de 2017 no mesmo período, alta de 10,51%. Em 2016, foram 8.344. Ainda assim, os números tendem a mascarar o número de casos, dado que esse crime tem um alto índice de subnotificação.

Até por esse motivo, a alta de casos de registro de estupro não necessariamente implica em alta do crime praticado —pode ser apenas que esteja havendo maior notificação.

Estupros no estado de São Paulo

De janeiro a outubro



Fonte: Secretaria da Segurança Pública de SP

Por outro lado, o estado manteve a queda consecutiva no número de roubos pelo 15º mês. O decréscimo é de 6,51% em relação a outubro de 2017. No acumulado de janeiro a outubro, a queda é de 14,27%, com 221.154 casos neste ano e 257.971 no mesmo período de 2017. Em 2016, foram 270.504 roubos registrados nos primeiros dez meses do ano.

A taxa de roubos apresenta ainda um recorde histórico positivo quando considerados apenas os roubos de veículos: foram 5.240 em outubro, o número mais baixo para o mês desde que iniciada a série história da Segurança Pública paulista, em 2001. Em termos comparativos a outubro de 2017, a queda foi de 6,84%.

Também seguindo tendência, os [roubos de carga](#) caíram pelo 14º mês seguido, indo de 848 em outubro de 2017 para 713 em outubro de 2018, queda de 15,92%.

MORTES

O número de [vítimas de homicídio](#) doloso (quando há a intenção de matar) apresentou a ligeira queda de 1,49%, de 268 para 264 mortes.

No caso de mortes no trânsito consideradas como homicídio culposo (quando não há intenção de matar), os números de 2018 praticamente se mantiveram; Houve uma vítima a mais do que em outubro de 2017 (277 mortes contra 276).

O número mais alarmante em crimes com mortes é nos [casos de latrocínio](#) — roubos seguidos de morte—, em que houve uma alta de 40%, o que significa um crescimento de 20 para 28 vítimas.

Quase metade das uniões homoafetivas do País ocorreu em SP em 2017

São Paulo registrou taxa de crescimento de casórios entre pessoas do mesmo sexo maior na comparação com o restante do País. O total de casamentos homossexuais cresceu 19% em relação ao ano passado – no Brasil, o aumento foi de 10%

(O Estado de S. Paulo, 01/10/2018 - acesse no site de origem)

Quase a metade dos casamentos em todo o Brasil entre pessoas do mesmo sexo se concentraram no Estado de São Paulo em 2017. Das 5.887 uniões homoafetivas do País, 2.497 foram registradas em municípios paulistas. São Paulo registrou taxa de crescimento de casórios entre pessoas do mesmo sexo maior na comparação com o restante do País. O total de casamentos homossexuais cresceu 19% em relação ao ano passado – [no Brasil, o aumento foi de 10%](#).

Os números são das Estatísticas do Registro Civil 2017 e foram divulgados nesta quarta-feira, 31, pelo [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Os dados revelam ainda que, em São Paulo, mulheres casam mais entre si do que homens, seguindo uma tendência nacional. A idade média delas ao casar é de 34 anos e entre pessoas do sexo masculino, de 35 anos.

Segundo o levantamento divulgado pelo IBGE, o Brasil registrou 1.070.376 casamentos civis em 2017, sendo 5.887 deles uniões homoafetivas. Embora o total de casamentos registrados tenha diminuído 2,3% em relação ao ano de 2016, os casamentos entre pessoas do mesmo sexo cresceram 10% no País.

Em São Paulo, foram registrados 291.943 no total casórios no ano passado, mantendo a tendência de queda observada nos últimos três anos. A razão, explica a gerente demográfica do Seade, Bernadette Waldvogel, é a crise econômica, que desde 2014 vem freando o número de casamentos em todo o Brasil. “O casamento é sempre postergado em tempos de crise”, diz.

Considerando os casamentos entre cônjuges de sexos opostos, a idade média do homem ao casar em São Paulo é de 34 anos. Já a mulher paulista se casa, em média, aos 31.

Historicamente, o avanço das uniões homoafetivas é puxado pelas mulheres. Em São Paulo, a junção entre cônjuges do sexo feminino saltou 24% em 2017, quando foram realizados 1.495 casamentos. Já os parceiros masculinos se uniram em cartório 12% mais, com 1002 novas uniões no ano passado. Segundo Bernadette, é esperado que São Paulo concentre número significativo de registros civis entre homossexuais, já que “representa quase 20% da população do País”.

Esse tipo de união adquiriu status jurídico semelhante ao da união entre homem e mulher em 2011 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2013, a decisão foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça, passando a estabelecer que todos os cartórios do País

passariam a registrar uniões homoafetivas.

Em 2017, foram registrados 611.538 nascidos vivos de mães residentes do Estado de São Paulo. Isso representa índice de 14 nascimentos a cada mil habitantes. O Seade aponta que o volume define “ligeiro aumento” em relação ao índice de 2016, quando o volume registrado foi 599,9 mil crianças. Houve em 2016 a retração de quase 30 mil nascimentos, com interrupção da tendência de pequenos aumentos observada desde o ano passado.

Análise secular

Pela primeira vez, ontem a Seade divulgou estatísticas do registro civil comparando taxas de casamentos, nascidos vivos, óbitos gerais, óbitos infantis e nascidos mortos entre 1900 e 2017. Chamado “Estatísticas do registro civil: mais de um século de informações para o Estado de São Paulo”, o estudo traz o panorama observado desde o início do século XX.

Em 1900, foram registrados 9.620 casamentos no Estado de São Paulo. Naquele ano, foram registrados 39.840 óbitos - mais de um século depois, no ano passado, esse número foi de 294.109. A expectativa de vida no Estado, em 2017, atingiu 76,2 anos.

“O que chama mais atenção na comparação entre 1900 e 2017 é a queda na taxa de mortalidade infantil”, diz Bernadette. O estudo mostrou que, no início do século passado, 1/3 dos óbitos eram de crianças menores de 1 ano. Em 1900, morriam 188,9 crianças a cada mil nascidas vivas - o que representava 31,9% dos óbitos gerais. Já no ano passado, foram registradas 6.569 mortes infantis de crianças com menos de um ano. Esse número significa 2,2% dos óbitos gerais.

Em 1900, a população residente no Estado de São Paulo era pouco mais de 2,2 milhões de habitantes e nasceram aproximadamente 67 mil crianças, indicando índice de 29 nascimentos para cada mil habitantes, duas vezes o verificado em 2017.

Crimes sexuais no metrô e trens de São Paulo crescem 67% em 4 anos

Ofensas como encoxadas e passadas de mão são 8 de cada 10 casos registrados

(Folha de S.Paulo, 20/08/2018 - acesse no site de origem)

O número de crimes com motivação sexual aumentou no [metrô](#) e na CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) ano a ano desde 2015. Na comparação entre o primeiro semestre de 2018 com o mesmo período daquele ano, o crescimento foi de 67%, passando de 97 para 152 casos.

A reportagem usou como parâmetro crimes como estupro, ato obsceno, [importunação ofensiva ao pudor](#), violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável, entre outros. Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação, diretamente com a Secretaria Estadual da

Segurança Pública.

Entre os crimes ou contravenções de caráter sexual ocorridos no transporte sobre trilhos da capital, gerido hoje pelo governo estadual de Márcio França (PSB), o mais cometido entre janeiro e junho deste ano foi a importunação ofensiva ao pudor.

Diferentemente do que acontece no estupro, a importunação não é praticada com aquilo que a lei considera uso de violência e grave ameaça. São as “passadas de mão” ou “encoxadas”, por exemplo. Elas representaram praticamente 8 em cada 10 casos.

Maior estação do metrô na capital, a Sé (região central) foi aquela que registrou o maior número de casos no primeiro semestre deste ano. Segundo os dados da Secretaria da Segurança Pública, foram 19 casos (12,5%). Também na região central, a estação Brás, que reúne tanto metrô quanto trens da CPTM, é a segunda no ranking de crimes e contravenções de natureza sexual, com oito casos.

O horário de pico da manhã, das 6h às 9h, é aquele que concentra a maior parte das ações. Foram 51 casos no primeiro semestre deste ano, praticamente um em cada três registrados na polícia.

Já a volta de trabalhadoras e trabalhadores para casa, das 17h às 20h, teve 1 em cada 4 casos que viraram boletim de ocorrência entre janeiro e junho.

QUALQUER UM, EM QUALQUER LUGAR

A estudante Beatriz Alonso, 26, se lembra até hoje de uma situação de assédio pela qual passou em um trem da CPTM. Então com 17 anos, ela voltava do cursinho no bairro do Tatuapé (zona leste) para Itaquaquecetuba (Grande São Paulo), onde então morava.

“Segurei no poste de apoio [do trem] e um senhor, de uns 40 anos, que estava acompanhado por alguns amigos, colocou a mão sobre a minha. Eu movia e ele segurava de novo. Estava fazendo isso como uma brincadeira, um jogo. Estava me intimidando, me deixando com medo. Fez isso algumas vezes e eu não conseguia me mover”, diz a estudante.

Beatriz conta que pediu para o assediador parar, mas ele foi mais grosseiro e pediu que ela então segurasse no órgão genital dele.

“Lembro que dei uma resposta muito mal educada também. Ele se sentiu humilhado na frente dos amigos e tentou me agredir. Veio para cima de mim. As pessoas o seguraram e o expulsaram do trem”, relata a estudante.

Beatriz mora há 11 meses nos Estados Unidos e diz que é o tipo de situação que também ocorre fora do Brasil. “Acontece sempre quando se é mulher, em todo lugar. Desde encoxadas até falarem coisas no ouvido”, afirma a estudante.

Um atendente de 40 anos foi alvo de um assediador na última terça, no trecho entre as estações Chácara Klabin e Brigadeiro, da linha 2-verde.

“Fiquei assustado pela situação. É uma sensação em que você fica em choque.”

O assédio aconteceu por volta das 7h. Segundo o atendente, o agressor se aproximou e passou a se esfregar. Mesmo com a vítima mudando de posição, o homem o incomodou até a

Brigadeiro, onde desceu. “O fato de ele tentar roçar o pênis na minha mão foi chocante. A gente não sabe qual é a maluquice desses caras.”

CHAMAR A ATENÇÃO

Consultor em segurança pública, o coronel reformado da PM José Vicente da Silva afirma que o uso da tecnologia e uma ação da própria vítima para chamar a atenção para o que está acontecendo podem ser boas soluções. “A vítima importunada deve gritar e chamar a atenção das pessoas em volta, que tendem a apoiá-la. Isso é recomendado nos EUA.”

Vicente diz que o número de registros é pequeno diante do volume de pessoas que utilizam os serviços. “Cada evento é grave, traumatiza as vítimas, mas a quantidade de passageiros transportados é muito grande.”

Para a coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública, Paula Machado de Souza, a educação sobre os direitos é fundamental. “É importante que traga esse assunto para o dia a dia, com cartazes e equipe para acolhimento. Se uma mulher se encontrar nessa situação, é importante que saiba que não está sozinha”, afirma.

ESTADO DIZ QUE INTENSIFICA AÇÕES

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos da gestão Márcio França (PSB), responsável por Metrô e CPTM, afirma que as duas companhias realizam ações e campanhas de combate ao [abuso sexual](#) e que têm intensificado medidas para coibir esse tipo de crime.

“As duas empresas participaram fortemente da campanha ‘Juntos podemos parar o abuso sexual nos transportes’, lançada em 29 de agosto do ano passado no Tribunal de Justiça de SP, com o objetivo de promover uma mudança cultural que estimule vítimas de abuso sexual nos transportes e/ou pessoas que presenciam algum episódio de violência a denunciarem os agressores, e conseqüentemente, inibir a prática desses crimes dentro ou fora do transporte público”, diz a nota.

Segundo a secretaria, no metrô, 89% dos abusadores denunciados pelas vítimas são detidos e encaminhados às autoridades policiais, segundo a companhia. A CPTM diz que tem cerca de 8.000 câmeras em toda a sua rede e o Metrô, 4.473.

A Secretaria da Segurança Pública afirma que tem adotado medidas para coibir crimes contra a dignidade sexual, “independentemente do local onde ocorram”. “No primeiro semestre de 2018 foram presas 925 pessoas, sendo 374 por estupro e 551 por estupro vulnerável”, disse, em nota. A pasta diz também que criou um Banco de Perfis Genéticos com 2.615 perfis no sistema.

William Cardoso

TJ não concede 83% dos habeas corpus pedidos pela Defensoria para mulheres acusadas de aborto em SP, diz pesquisa

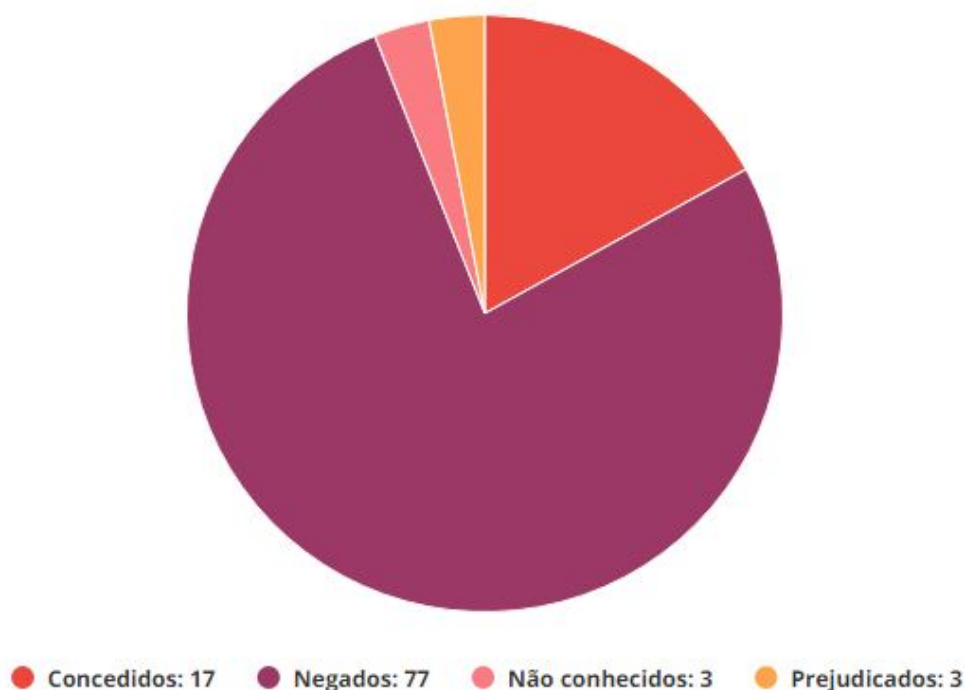
Entre os negados, há duas mulheres que foram criminalizadas mesmo tendo feito aborto legal com atendimento de equipe especializada. 56,6% dos casos são denunciados por funcionários da Saúde.

[\(G1, 06/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A Justiça de São Paulo não concedeu 83% dos habeas corpus pedidos pela Defensoria Pública para mulheres acusadas de terem praticado aborto. [Supremo Tribunal Federal faz nesta segunda-feira \(6\) debate sobre a descriminalização](#) do aborto até 12 semanas de gestação.

Resultado dos Habeas Corpus no Tribunal de Justiça de SP

Apresentados pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher



Fonte: Defensoria Pública

De acordo com a relatório do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública de São Paulo, dos 30 pedidos de arquivamento de ações, apenas cinco foram concedidos, um foi recusado e outro considerado prejudicado.

Os casos ocorreram entre 2003 e 2016. [Os pedidos à Justiça foram feitos em setembro de 2017.](#)

Entre os negados, há duas mulheres que foram acusadas pelo crime, mesmo tendo feito [aborto legal](#) com atendimento de uma equipe especializada.

Nos dois processos, a gestação foi resultado de uma violência sexual, mas a informação não constava no processo. Em um deles, havia autorização judicial para a realização da interrupção da gravidez, segundo a Defensoria.

“Esses casos são especialmente chocantes. Ser acusada mesmo tendo feito aborto com autorização judicial. Em outro caso, a mulher era vítima de violência doméstica e o agressor não foi denunciado”, diz a defensora Ana Rita Prata, do Nudem.

O relatório do Nudem aponta que 60% dos habeas corpus concedidos tiveram a participação de desembargadoras mulheres ou relatoras na votação.

Em uma das negativas, um desembargador disse que a acusada tinha outros métodos para evitar uma gravidez.

“É bom que se lembre aqui que existem atualmente vários medicamentos anticoncepcionais, bem mais baratos que aquele valor já citado, além de outros métodos de que a paciente poderia perfeitamente ter lançado mão. Assim não procedeu porque não quis”, trecho extraído de declaração de voto apresentado na pesquisa.

Procurado pela reportagem do G1, a assessoria de imprensa do TJ disse que por se tratar de questão jurisdicional, o Tribunal de Justiça não comenta tampouco emite nota.

Homens

Das 30 ações penais, 24 têm apenas a mulher como suposta autora da prática do aborto. Nos seis casos em que há mais pessoas, em 5 deles um dos corréus é o genitor.

Apesar de os homens serem acusados em apenas 5 casos, eles aparecem em 21 processos, sendo que em 9 há informações de que eles teriam fornecido ou disponibilizado o método abortivo.

Denunciantes

Como essas mulheres chegam ao sistema de segurança pública? A pergunta também foi feita pela Defensoria. A resposta está no relatório: em 56,6% dos casos, ou seja, 17 dos 30 analisados, as denúncias foram feitas por profissionais de saúde.

Contudo, em 21 casos houve quebra de sigilo profissional, o que corresponde a 70% do total de processos analisados.

Das 30 ações analisadas, constatou-se que 20 hospitais forneceram documentos médicos da paciente acusada da prática do crime, sendo profissionais de saúde participaram de 19 depoimentos em delegacia. Apenas um hospital informou que não disponibilizaria os documentos em respeito ao dever ético de sigilo médico.

Dentre os denunciadores ou testemunhas de acusação, há 11 médicos, sendo 4 mulheres, 11 enfermeiros, sendo 7 mulheres, e 3 assistentes sociais. Em dois casos, há mais de um denunciante.

Ética médica

Questionado pelo G1 sobre tais dados, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) afirmou, em nota, que a quebra de sigilo médico, até mesmo denúncias de profissionais contra pacientes em casos de aborto, é considerado infração ao Código de Ética Médica, bem como ao Código Civil e Código Penal.

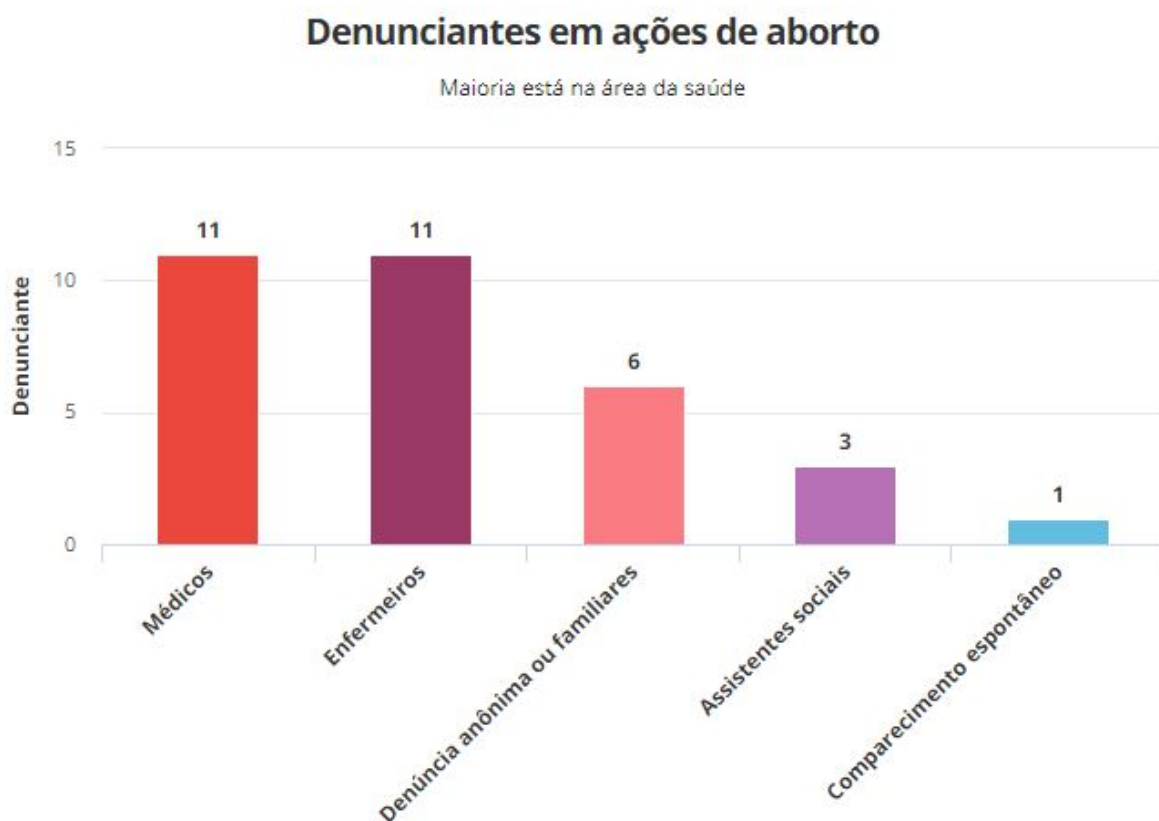
“O artigo 73 do Código de Ética Médica é taxativo: é vedado ao médico “revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente”.

E que esta proibição permanece: “a) mesmo que o fato for de conhecimento público ou o paciente tenha falecido; b) quando de seu depoimento como testemunha. Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento; c) na investigação de suspeita de crime, o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.”

Ainda de acordo com o Conselho, o sigilo profissional também está previsto no artigo nº 154 do Código Penal, no artigo nº 207 de Processo Penal e no artigo nº 448, inciso II, do Processo Civil, que visam a segurança dos pacientes.

“As exceções são claras e os profissionais conhecem o seu dever. A paciente lesada poderá fazer denúncia ao Conselho Regional de Medicina por infração ao Código de Ética Médica. ”

A denúncia, porém, precisa ser feita presencialmente na sede do Cremesp, no Centro de São Paulo.



Em cinco casos, as mulheres foram presas em flagrante, com fianças que variaram entre R\$ 724 e R\$ 3 mil. As prisões que aconteceram em hospitais ocorreram com escolta policial e manutenção de algumas mulheres algemadas ao leito (súmula do Supremo Tribunal Federal veda a prática) até a alta médica ou pagamento da fiança.

Em outro caso, uma jovem de 19 anos foi presa em flagrante após sofrer um aborto no banheiro do local do seu trabalho. A jovem permaneceu internada com escolta até pagar fiança de R\$ 1,5 mil. “Nenhum exame pericial feito confirmou que o aborto foi provocado, sendo certo que a jovem negava, inclusive, saber estar grávida. Os médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem também prestaram depoimento no processo alegando que não tinham elementos para afirmar se o aborto era espontâneo ou provocado”, diz a Defensoria.

Perfil

As mulheres acusadas pelo crime de aborto têm entre 16 e 41 anos. Oito delas eram menores de 20 anos, 14 mulheres estavam na faixa dos 20, 7 na faixa dos 30 anos e 1 na faixa dos 40 anos.

Das 30 mulheres, 16 já tinham filhos. Quinze mulheres eram brancas, 11 pardas, 3 negras e uma asiática. Vinte declararam ser solteiras, cinco casadas, duas em união estável e 3 separadas.

Com relação à escolaridade, 14 estavam cursando ou tinham o ensino médio completo, 12 estavam cursando ou tinham o ensino fundamental completo e 1 possuía ou estava cursando o superior completo. Em três ações não havia a informação de escolaridade.

Elas tinham as mais diversas profissões, como atendentes, balconistas, manicures, vendedoras, entre outras. Seus salários variavam de R\$ 600 a R\$ 900.

Todas eram ré primárias e com bons antecedentes.

Entre os métodos supostamente utilizados para a prática de aborto, nos termos do que está descrito nas denúncias, a maioria se utilizou do remédio citotec, em 21 casos.

Cíntia Acayaba e Lívia Machado

SP tem marcha pelo Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

Grupo ocupou a Praça Roosevelt pelo fim do racismo, contra o assassinato da população negra e o feminicídio.

(G1, 25/07/2018 - acesse no site de origem)

Um grupo de manifestantes iniciou ato no fim da tarde desta quarta-feira (25) pelo Dia

Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. O protesto começou pouco depois das 17h na Praça Roosevelt, região central da capital.

Leia mais:

[Ato em São Paulo condena violência e celebra resistência das mulheres negras \(Rede Brasil Atual, 24/07/2018\)](#)

[Dia da mulher negra e dia do orgulho crespo: datas que ampliam espaços de luta \(Brasil de Fato, 24/07/2018\)](#)

Este é o terceiro ano da marcha na cidade. Manifestantes carregavam cartazes e pediam o fim do racismo, do assassinato da população negra e do feminicídio.

“Exigimos o fim do genocídio negro que recai sobre nossas famílias, e o fim do feminicídio que afeta de modo mais permanente e cruel os nossos corpos. Marcharemos por todas mães que perderam seus filhos e filhas”, destacavam as organizadoras do ato em publicação no Facebook.

No fim da tarde, a manifestação ocorria somente na praça Roosevelt, sem bloquear vias.

Marcha das Mulheres Negras de São Paulo **- São Paulo/SP, 25/07/2018**

Dia 25 de Julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha

Pelo terceiro ano consecutivo, mulheres negras de toda a cidade se encontram na Praça Roosevelt, em São Paulo, num exercício de escuta e irmandade que coloca as pautas das mulheres negras na centralidade das discussões políticas.

É Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e Dia Nacional da Mulher Negra. Dia da resistente quilombola Teresa de Benguela.

Aliás, você pode ajudar a construir esse ato: Nossa vaquinha online está no ar! Doe e compartilhe: <https://www.kickante.com.br/campanhas/marcha-das-mulheres-negras-sp-2018-1>

Seremos milhares como todos os anos, marchando “Por nós, por todas nós e pelo Bem Viver”, na certeza de que quando uma mulher negra avança, ninguém fica para trás. Vem marchar com a gente!

Crianças são bem-vindas, vai ter creche, mas vamos garantir que as mães que queiram marchar com suas crias o façam com apoio e segurança.

Mulheres indígenas e afro-indígenas marcham com a gente pelo segundo ano reafirmando nossa aliança de parentesco e fortalecendo mutuamente as nossas lutas.

A Marcha das Mulheres Negras de SP segue sendo um espaço multipartidário e multi-religioso

que se pauta pelo debate necessário sobre as questões de gênero, raça e classe.

Somos muitas e a nossa força está na pluralidade de vozes. Todas, todos e todes são bem-vindes. Lembrando que o protagonismo do ato em sua plenitude é das mulheres negras: as cisgêneras e as trans; as héteras e as lésbicas e bis; as organizadas e as autônomas; as religiosas e as ateias; e toda diversidade de mulher negra alinhada com o projeto emancipador da Marcha que começa com a manutenção da nossa vida.

Exigimos o fim do genocídio negro que recai sobre nossas famílias, e o fim do feminicídio que afeta de modo mais permanente e cruel os nossos corpos.

Marcharemos por todas mães que perderam seus filhos e filhas. Marcharemos por Dona Marinete, mãe de Marielle Franco, marcharemos por Bruna, mãe de Marcus Vinícius e por Sueli, mãe de Brenda assassinada na semana passada em Poá.

Marcharemos exigindo justiça para todos esses casos ao denunciarmos o estado racista e machista.

A não resolução do assassinato de nossa irmã Marielle segue sendo uma ferida aberta. Exigimos uma resposta do estado, afinal, quem matou e mandou matar Marielle e Anderson?

Não esqueceremos, assim como não esquecemos a brutalidade de como Cláudia Ferreira foi morta e a injustiça presente no assassinato de Luana Barbosa!

Estamos em marcha por todas nós, por justiça aos nossas mulheres mortas! Até que todas sejamos livres!

Nossos Passos Vêm de Longe!
Uma sobe e puxa a outra!

Somos muitas e não vamos parar.

[#MarchadasMulheresNegras](#)

[#NossosPassosvêmdelonge](#)

[#25deJulho](#)

[#DiadaMulherNegra](#)

Estupro em consultório: São Paulo teve mais de 1.400 casos

Postos, grandes hospitais, salas de raio-x, recepções, consultórios odontológicos e até UTIs são lugares que a gente vê como seguros, onde se prioriza a saúde dos indivíduos. Mas o estupro de duas vítimas em um consultório odontológico em São Paulo, na última sexta (20), levanta um alerta: esses não são casos isolados de violência sexual em casas de saúde no estado.

(Universa, 24/07/2018 - acesse no site de origem)

Dados exclusivos obtidos por Universa mostram que foram registrados 1.453 casos de estupro em ambiente de atendimento de profissionais da área da saúde entre 2008 e 2018 no estado de São Paulo. Deste total, 1.080 registros envolviam vítimas vulneráveis (menores de 14 anos).

A análise de 2008 a 2016 foi feita em parceria com a Volt Data Lab, agência especializada em jornalismo de dados, com informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os dados referentes ao ano de 2017 foram analisados pela reportagem. Nos dois casos foram considerados os boletins de ocorrência registrados como estupro (art. 123) e estupro de vulnerável (art. 217-A).

A partir de uma avaliação mais detalhada entre os anos de 2008 e 2016, é possível descobrir que 396 casos de estupro foram registrados com o termo genérico “hospital”; 143 aconteceram em postos de saúde; 58 em clínicas em geral e 37 em consultórios odontológicos. Na lista também entram locais como UTI, com oito ocorrências, e recepções de hospitais, com seis registros.

Só em 2017, 171 estupros foram registrados em estabelecimentos de saúde no estado, sendo 101 enquadrados como estupro de vulnerável.

Falso técnico segue preso

Na violência ocorrida no bairro do Ipiranga, na capital paulista, divulgada na semana passada, o falso técnico em radiologia Gabriel Cheesa, 19, criava um ambiente privado para cometer os abusos. Segundo a Polícia Civil, ele alegava que havia apenas um colete extra para proteger contra a radiação. Com isso, entrava no laboratório sem os pais da vítima (nos dois casos, menores de idade com 12 anos). Lá dentro, de acordo com o relato de uma das meninas violentadas, ele colocou uma venda sobre os olhos de e cometeu a violência sexual.

A polícia pediu a prisão temporária do suspeito na quarta (18). Dois dias depois, a pena foi convertida em prisão preventiva após a descoberta da segunda vítima. Gabriel segue preso e vai responder por estupro de vulnerável e exercício ilegal da profissão. Até a tarde de ontem (23), a polícia ainda aguardava o surgimento de novas denúncias. Se condenado, a pena pode alcançar até 15 anos de prisão.

A clínica Odonto Chessa afirma que não vai se pronunciar sobre o caso.

Marcos Cândido